



Afro-Ásia

ISSN: 0002-0591

ISSN: 1981-1411

Universidade Federal da Bahia

Cruz, Jerônimo Aguiar Duarte da
TERRA DE PARDO: ENTRE FORROS, REINÓIS E LAVOURAS
DE CANA (CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO, 1715-1800)*
Afro-Ásia, núm. 61, 2020, Janeiro-Junho, pp. 37-77
Universidade Federal da Bahia

DOI: <https://doi.org/10.9771/aa.v0i61.33808>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77065180002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UAEM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

TERRA DE PARDO: ENTRE FORROS, REINÓIS E LAVOURAS DE CANA (CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO, 1715-1800)*

Jerônimo Aguiar Duarte da Cruz  

Universidade Federal do Rio de Janeiro

O antropólogo Alfredo Wagner de Almeida utilizou o termo *terra de preto* para estudar o uso de terras comunais no Brasil.¹ Esse conceito teve ampla utilização entre historiadores. Estudos sobre a constituição de um campesinato negro em fins da escravidão e no pós-abolição deram atenção ao surgimento e ao desenvolvimento das terras de preto em algumas áreas do Brasil. As pesquisas se debruçaram sobre os processos de doação de terra por parte dos antigos senhores, compras, fugas ou

* Este artigo é um desenvolvimento da pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que resultou na minha dissertação de mestrado, “Das muitas qualidades: lavradores de cana numa freguesia rural do Rio de Janeiro (Campo Grande, 1740-1799)” (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018). Agradeço a leitura atenta do texto original pelos professores Antônio Carlos Jucá de Sampaio, Felipe de Melo Alvarenga, Giovane Albino e colegas do grupo Antigo Regime nos Trópicos (ART-UFRJ). Agradeço ainda ao meu orientador João Fragoso e aos professores Roberto Guedes e Thiago Krause cujos debates nas bancas de dissertação desdobraram neste artigo. Obviamente, todos os possíveis equívocos são de minha autoria.

1 Constituem comunidades habitadas por famílias de ex-escravos em áreas obtidas por doação, ocupação ou compra com ou sem formalização jurídica. Geralmente não são desmembradas, não há partilha, nem são apropriadas individualmente. Alfredo Wagner de Almeida, “Terras de Preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito”, in Alfredo Wagner Berno de Almeida, *Terras de quilombo, terras indígenas, “babuçais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas* (Manaus: PGSCA: UFAM, 2008), p. 147.

“aquilombamentos” de escravos.² Lembre-se que tal definição não se confunde com a discussão sobre protocampesinato negro.³

A relação dos ex-escravos com a terra não se esgota nesse tipo de estudo. Os muitos trabalhos sobre sitiantes e roceiros no período colonial e imperial chamam atenção para tal presença.⁴ No entanto, o desenvolvimento recente das pesquisas sobre o importante fenômeno dos pardos na América lusa impõe novas linhas sobre o tema.⁵

2 Para citar alguns trabalhos de historiadores: Ana Maria Lugão Rios e Hebe Maria de Mattos, *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Flávio dos Santos Gomes, “Quando a terra é de preto: cativo, pós-emancipação e a formação de um campesinato no Rio de Janeiro: notas, pesquisas e narrativas para um debate”, in André Leonardo Chevitarese (org.), *O campesinato na história* (Rio de Janeiro: Relume Dumará: Faperj, 2002), pp. 269-301; Elione Silva Guimarães, *Terra de preto: usos e ocupações da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba mineiro, 1850-1920)*, Niterói: Eduff, 2009.

3 Sobre a discussão sobre protocampesinato negro no Brasil, ver Ciro Flamarion S. Cardoso, *Escravo ou camponês? Protocampesinato negro nas Américas*, São Paulo: Brasiliense, 1987. Para uma crítica a essa tese, ver Jacob Gorender, “Brecha camponesa, mercado interno de subsistência”, in Jacob Gorender, *A escravidão reabilitada* (São Paulo: Ática, 1990), pp. 71-96.

4 Ver Hebe Maria de Mattos, *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*, Rio de Janeiro: FGV: FAPERJ, 2009. Antônio Carlos Jucá de Sampaio, “Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos, 1850-1888” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 1994). Sheila de Castro Faria, *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. Mônica Ribeiro Oliveira, *A terra e seus homens: roceiros livres de cor e senhores no longo século XVIII*, Rio de Janeiro: 7Letras, 2016.

5 Sobre os pardos na América portuguesa, ver Roberto Guedes Ferreira, *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 - c. 1850)*, Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2008; Larissa Viana, *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América portuguesa*, Campinas: Unicamp, 2007; João Fragoso, “Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII: uma contribuição metodológica para a história colonial”, *Topoi*, v. 11, n. 21 (2010), pp. 74-106; Janaína dos Santos Bezerra e Suely Creusa Cordeiro de Almeida, “Pompa e circunstância a um santo pardo: São Gonçalo Garcia e a luta dos pardos por inserção social no XVIII”, *História Unisinos*, v. 16, n. 1 (2012), pp. 118-129; Cacilda Machado, *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*, Rio de Janeiro: Apicuri, 2008; Stuart Schwartz, “Brazilian Ethnogenesis: Mestiços, Mamelucos and Pardos”, in Serge Gruzinski e Nathan Wachtel (orgs.), *Le Nouveau Monde, Mondes Nouveaux: L'Expérience Américaine* (Paris: Éditions de l'École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1992), pp. 7-27; Hebe Maria de Mattos, *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; Ana Paula Cabral Tostes, “O lugar social dos homens ‘pardos’ no cenário rural da cidade do Rio de Janeiro:

A constituição das populações ultramarinas nas conquistas portuguesas traz à cena uma série de novos segmentos sociais como os *pardos* e *pretos* na América, os *casados* e seus descendentes em Goa, a elite de mestiços em São Tomé e Príncipe etc.⁶ A organização desses novos territórios se baseia, em parte, nas concepções corporativas de sociedade da monarquia lusa, mas acrescenta às suas hierarquias algumas inovações advindas das experiências dos cativos africanos ou dos grupos autóctones, como os indígenas no Brasil.⁷

recôncavo da Guanabara, Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, século XVIII” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012); Márcio de Sousa Soares, “Fortunas mestiças: perflilação de escravos, herança e mobilidade social de forros em Campos dos Goytacazes no alvorecer do oitocentos”, *Revista Estudos de História*, v. 9, n. 2 (2002), pp. 165-194; Jocélio Teles dos Santos, “De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX”, *Afro-Ásia*, n. 32 (2005), pp. 115-137.

- 6 Andréa Doré, “Os *casados* na Índia portuguesa: a mobilidade social de homens úteis”, in Rodrigo Bentes Monteiro, Bruno Feitler, Daniela Buono Calainho e Jorge Flores (orgs.), *Raízes do privilégio: mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011), pp. 504-533; Francisco Aimara Ribeiro e Marta Bandeira, “Cabo Verde e São Tomé na construção do Atlântico português, séculos XVI e XVII”, in João Luís Ribeiro Fragoso, Antônio Carlos Jucá de Sampaio e Adriano Comissoli (orgs.), *Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI-XVIII* (Rio de Janeiro: Mauad X, 2012); Hebe Maria de Mattos, “A escravidão moderna nos quadros do império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica”, in João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa (orgs.), *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)* (Rio de Janeiro: Civilização. Brasileira, 2001), pp. 141-162. Sobre os pardos, ver nota 5.
- 7 Essa leitura da monarquia lusa é fruto dos estudos revisionistas sobre monarquias europeias. Críticos à concepção de monarquia absolutista, tais trabalhos resgatam aspectos jurídicos e parte da tratadística política para compreender aqueles Estados. Não mais cultivam a oposição entre metrópole e colônia, na qual a organização socioeconômica estava submissa à metrópole absolutista com base em fins *exclusivamente* econômicos. Analisa-se a América portuguesa como parte integrante da monarquia lusa, salientando o compartilhamento de valores tal como a *disciplina católica*, mas também valorizando a negociação entre o reino e as gentes de suas conquistas no cotidiano desses espaços. Ver John H. Elliot, “Una Europa de monarquías compuestas”, in John H. Elliot, *España en Europa: estudios de historia comparada* (Valencia: Universitat de València, 2002), pp. 65-93; Antônio Manuel Hespanha e Ângela Barreto Xavier, “A representação da sociedade e do poder”, in Antônio Manuel Hespanha (org.), *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*, v. IV (Lisboa: Círculo de leitores, 1993), pp. 113-140; Xavier Gil Pujol, “Centralismo e Localismo: sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias europeias dos séculos XVI e XVII”, *Penélope*, n. 6 (1991), pp. 119-144; João

Na América portuguesa, o século XVIII marca a ascensão dos pardos como importante fenômeno social, consequência dos intensos processos de mestiçagem.⁸ Ressaltamos esse contingente porque o conjunto de ex-escravos não compunha um bloco homogêneo: notam-se variedades de classificações para os mestiços e mesmo para os africanos. Alguns trabalhos têm estudado a diversidade desses agentes com o uso da categoria *qualidade*, tal qual pontua Rappaport:

La calidad abarcaba todo un abanico de características, que iban desde el color y linaje de un individuo, a su estado de legitimidad, religión, lugar de residencia, oficio, género, estado moral, la ropa que vestía y su condición de noble o plebeyo, de libre o esclavo [...] había características tan – o más – importantes que el color, que determinaban la calidad de una persona.⁹

O estudo desses novos estratos sociais tem sido realizado também por meio do conceito de *fronteira social*, percebida como um processo histórico de surgimento e manutenção das diferenças entre os distintos segmentos nos momentos de interação. Nas fronteiras entre africanos de diversas procedências, pardos, crioulos, reinóis, membros da elite, grupos indígenas etc., os diversos agentes se adaptam, ressignificando e construindo novos saberes e sensibilidades – inclusive novas categorias sociais e identidades que não estavam dadas anteriormente ao contato.¹⁰

Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa (orgs.), *Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

8 Não são novidade no século XVIII, mas se tornam mais numerosos no período. Schwartz, “Brazilian Ethnogenesis”.

9 Joanne Rappaport, “¿Quién es mestizo? descifrando la mezcla racial en El Nuevo Reino de Granada, siglos XVI y XVII”, *Varia Historia*, v. 25, n. 41 (2009), p. 47.

10 Há uma forte influência de Barth, antropólogo norueguês, nessa postura teórica. Segundo ele, os processos sociais são entendidos como resultados das interações de indivíduos e não como resultantes de “uma estrutura impessoal”. Ver Fredrik Barth, “Os grupos étnicos e suas fronteiras”, in Tomke Lask (org.), *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas* (Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000), p. 35. Paul-André Rosental, “Fredrik

Essas fronteiras são zonas de mescla, de mestiçagem em via de mão dupla, ainda que permeadas por desigualdades. Nesses encontros, os agentes percebem se têm ou não modos de compreensão, juízos de valor e performances em comum validados tanto pelo *eu* quanto pelo *outro*. Logo, a análise da construção da diferença pode ser realizada nessas fronteiras fictícias entre os diversos grupos, nos momentos de relação.¹¹ Nesse sentido, pardos ou pretos são concebidos a partir do contexto em questão e de forma processual, ou seja, são categorias passíveis de ressignificação pelos diversos atores em cena. Nessa perspectiva, tais trabalhos podem ser realizados com ênfase nos vocabulários sociais ou como um indício de mestiçagem e distinção identitária.¹²

Dessa maneira, o título deste artigo é uma provocação que, longe de negar o conceito *terra de preto*, busca ressaltar o cotidiano de um outro importante conjunto da população de libertos e seus descendentes.

Barth e a *Microstoria*”, in Jacques Revel (org.), *Jogos de escalas: a experiência da microanálise* (Rio de Janeiro: FGV, 1998), p. 153; Maria Regina Celestino de Almeida, “História e Antropologia”, in Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (orgs.), *Novos domínios da História* (Rio de Janeiro: Elsevier, 2012), pp. 151-168. Para um exemplo dessa aplicação teórica e metodológica, ver João Fragoso, “Elite das senzalas e nobreza da terra numa sociedade rural do Antigo Regime nos trópicos: Campo Grande (Rio de Janeiro), 1704-1741”, in João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa (orgs.), *O Brasil colonial (1720-1821)*, v. 3 (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014), pp. 241-306.

- 11 Guillaume Boccara, “Fronteras, Mestizaje y Etnogénesis en las Américas”, in Raúl Mandrini e Carlos Paz (orgs.), *Las Fronteras Hispanocriollas del Mundo Indígena Latinoamericano en los Siglos XVIII y XIX* (Neuquén: Instituto de Estudios Histórico Sociales, Centro de Estudios Histórico Regionales, Universidad Nacional del Sur, 2003), pp. 63-108; “Antropología diacrónica: dinámicas culturales, procesos históricos, y poder político”, *Mundo Nuevo Nuevos Mundos* (2005), pp. 2-24. Barth, “Os grupos étnicos e suas fronteiras”.
- 12 Sobre a perspectiva de uma análise das classificações sociais, ver Carmen Bernand, “Mestizos, Mulatos y Ladinos en Hispanoamérica: un Enfoque Antropológico de un Proceso Histórico”, in Miguel León Portilla (org.), *Motivos de la Antropología Americanista* (México: FCE, 2001), pp. 105-133. Ingrid de Jong e Lorena Rodríguez, “Introducción. Dossier Mestizaje, Etnogénesis y frontera”, *Memoria Americana*, v. 13 (2005), pp. 9-19. Ainda pensando vocabulários sociais, mas utilizando também a noção de qualidade, ver Eduardo França Paiva, *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*, Belo Horizonte: Autêntica, 2015; Roberto Guedes Ferreira, “O vigário Pereira, as pardas forras, os portugueses e as famílias mestiças: escravidão e vocabulário social de cor da freguesia de São Gonçalo (Rio de Janeiro, período colonial tardio)”, in Fragoso e Gouvêa, *O Brasil colonial*, pp. 1-30. Na perspectiva identitária, ver Viana, *O idioma da mestiçagem*.

O objetivo é perceber os pardos circulando e articulando em zonas de contato com segmentos sociais distintos. Lembremos que nos documentos pesquisados, os padres, capitães e tabeliães são os sujeitos que atribuem a determinados indivíduos a categoria A, e não B, logo, dificilmente os simples lavradores pardos têm espaço para atribuir qualidade a si mesmos. Driblamos tal limitação, portanto, percebendo seus movimentos nas fronteiras: de que maneira eles interagem com os segmentos sociais que os cercam tendo a terra como ponto nevrálgico? Com isso conseguimos perceber que ser pardo em fins do século XVIII se relacionava a determinados elementos atributivos que os distinguiam dos demais descendentes de escravos nas bordas da principal praça mercantil do Atlântico Sul,¹³ em um contexto de crescimento populacional.¹⁴

O estudo dessas novas taxionomias e seus agentes aparece como aspecto importante na compreensão das dinâmicas sociopolíticas do Novo Mundo, seja na relação institucional destes com o reino, buscando mercês e retribuição aos serviços na ocupação de cargos e patentes, seja nos aspectos costumeiros dos domínios ultramarinos, como a construção dos direitos de propriedade.¹⁵

13 Em texto recente, Márcio de Sousa Soares indica práticas de distinção nos enterramentos de pardos da Vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes entre 1754 e 1835. Nas “hierarquias da morte”, alguns pardos ocupam lugar de prestígio diante dos demais descendentes de escravos. Márcio de Sousa Soares, “As últimas moradas: memória e hierarquias sociais nos locais de sepultamentos de pardos na vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes, 1754-1835”, in Roberto Guedes e Isnara Pereira Ivo (orgs.), *Memórias da escravidão em mundos ibero-americanos: séculos XVI-XXI* (São Paulo: Alameda, 2019).

14 Contexto entendido como colonial tardio, momento da consolidação da cidade do Rio de Janeiro como a maior praça mercantil do Atlântico Sul, como ponto de encontro de várias rotas comerciais. Ver João Fragoso, “Algumas notas sobre a noção de colonial tardio no Rio de Janeiro: um ensaio sobre a economia colonial”, *Locus: Revista de História*, v. 6, n. 1 (2000), pp. 9-36; Antônio Carlos Jucá de Sampaio, *Na encruzilhada do império*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; Manolo Florentino, *Em costas negras: uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII-XIX)*, São Paulo: Unesp, 2014.

15 Sobre a relação de descendentes de escravos e mestiços com o Reino, ver João Figueirôa-Rêgo e Fernanda Olival, “Cor da pele, distinções e cargos: Portugal e espaços atlânticos portugueses (séculos XVI a XVIII)”, *Tempo*, v. 16, n. 30 (2011), pp. 115-145; Ronald Raminelli, *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e*

Por isso, opta-se pela provocação do termo *terra de pardo* à *caipira*, como feito em algumas ocasiões para estudar mestiços em algumas áreas rurais de São Paulo. Segundo Renato Queiroz, o termo *caipira* “tem a vantagem de ser ambíguo, [pois] exprime um modo de ser, mistura de índio, africano e branco”.¹⁶ Utiliza-se o vocabulário social presente nas áreas rurais do Rio de Janeiro objetivando delinear as necessidades de diferenciação feitas pelos próprios agentes, na medida em que as mestiçagens geravam camadas sociais distintas que se manifestavam em hierarquias visíveis no cotidiano.

Dessa maneira, este artigo procura alargar o conceito *terra de preto* a partir do estudo das intensas relações sociais de uma comunidade de pardos sobre as terras de uma freguesia rural do Rio de Janeiro setecentista. Ao analisar os espaços de atuação desses descendentes de escravos, busca-se investigar as manipulações e as inovações das formas sociais desenvolvidas entre esses atores, delineando a construção de modalidades de influência e prestígio alternativas às regras até então existentes.¹⁷ Esse aspecto é fundamental para se compreender a reprodução social dos pardos em fins do século XVIII. Assim, reduzimos a escala sobre a pequena freguesia de Campo Grande para perceber o jogo de construção dos direitos de propriedade dos pardos num momento de intensificação

XVIII, Rio de Janeiro: FGV, 2015; “Impedimentos da cor: mulatos no Brasil e em Portugal c. 1640-1750”, *Varia Historia*, v. 28, n. 48 (2012), pp. 699-723. Sobre uma hierarquia social costumeira, ver João Fragoso, “Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre a hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760)”, in João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa (orgs.), *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI a XVIII* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010), pp. 243-294.

- 16 Discussão sobre o uso da categoria *caipira* nos estudos de populações rurais brasileiras em São Paulo: Renato da Silva Queiroz, *Caipiras negros no Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica*, São Paulo: Edusp, 2006, p. 22; Maria Isaura Pereira de Queiroz, *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade*, São Paulo: Duas Cidades, 1973, p. 7; Antonio Candido, *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios materiais de vida*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.
- 17 Sobre essa abordagem teórica, ver a trajetória de Giulio Cesare Chiesa. Giovanni Levi, *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

do cativo de africanos e das mestiçagens na América portuguesa, perseguindo o universo de interações e as configurações sociais daqueles agentes, examinando o fenômeno da mestiçagem ao rés-do-chão.¹⁸

Fronteiras porosas: pardos, forros, reinóis e lavouras de cana

No bojo dos intensos processos de mestiçagem que caracterizam a América portuguesa desde o século XVI, identificamos o pardo Gonçalo de Mattos.¹⁹ O sujeito tinha nome de um santo pardo, assim como ele.²⁰ Nascido na freguesia de São Gonçalo, Recôncavo da Guanabara,²¹ migra e se estabelece na distante freguesia de Campo Grande ao se casar com a parda Leonor de Melo. Ali, em 1718, o casal gera uma filha que logo será dada por afilhada à família senhorial do engenho de açúcar do Mendanha, os Freire Alemão, cujos membros tinham assento na vereança da cidade.²²

18 Jacques Revel, “A história ao rés do chão”, in Levi, *A herança imaterial*, pp. 22-23. Sobre o jogo de interações na análise de processos sociais e configurações sociais, conferir respectivamente: Fredrik Barth, “Por um maior naturalismo na conceptualização das sociedades”, in Lask, *O guru*, pp. 167-186. Norbert Elias, *Introdução à Sociologia*, Lisboa: Edições 70, 1995.

19 Tais processos de mestiçagem que marcam a América portuguesa podem ser identificados em pesquisas citadas nas notas anteriores, como também nas genealogias produzidas no período, como a baiana, escrita por Frei Jaboatão. No século XVII, o religioso salienta a presença de muitos casamentos entre reinóis e indígenas no interior da elite local. Ver Afonso Costa, “Genealogia baiana ou o Catálogo Genealógico de fr. Antônio de S. Maria Jaboatão”, *Revista do IHGB*, v. 191 (1946), pp. 3-279.


20 O beato Gonçalo Garcia, objeto do sermão de Frei Jaboatão, era tratado como o primeiro santo pardo em meados do século XVIII, com devotos no Recife, Rio de Janeiro e São João del-Rei. Viana, *O idioma da mestiçagem*, pp. 127-128.

21 Termo utilizado por Monsenhor Pizarro para descrever a região ao redor da baía da Guanabara. José de Sousa Azevedo Pizarro Araújo, *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI*, v. III, Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820.

22 Batismo de Marcela, 10/11/1718, ACMRJ, Livro de Batismo dos Livres da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande (1706-1741), fl. 15. Testamento de João Freire Alemão de Sisneiros, 01/07/1747, ACMRJ, Livro de Óbitos e Testamentos de Livres e Escravos, freguesia do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé (1746-1758), fls. 48-49.

Gonçalo era oficial de carpinteiro e possivelmente trabalhava em atividades do engenho de seu compadre. Anos depois, no batizado do pequeno Pedro, o padre nota que o antigo carpinteiro agora vivia de sua lavoura. De fato, no começo dos anos de 1740, Gonçalo de Mattos compra terras de um lavrador local e registra a transação no quarto ofício de notas. As terras ficavam em áreas vizinhas, nas proximidades do engenho do padrinho de sua filha.²³ Possivelmente, o pardo compra seu pedaço de terra depois de anos atuando como carpinteiro, o que sublinharia a importância do seu trabalho para alcançar melhores condições de vida, ou seja: não mais viver em terra alheia.²⁴

Quase 80 anos depois do nascimento da filha do pardo Gonçalo, o açúcar ainda mantinha importância na freguesia de Campo Grande. Em fins do século XVIII, a cultura da cana já estava no recôncavo da Guanabara havia dois séculos,²⁵ ainda que o açúcar do Rio de Janeiro tivesse qualidade inferior ao de Pernambuco ou da Bahia.²⁶ Trabalhos recentes têm indicado a permanência da produção açucareira em áreas rurais dos sertões

23 Batismo de Pedro, 23/04/1743, ACMRJ, Livro de Batismo dos Livres da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande (1706-1741), fl. 61. Escritura de venda de terras que fazem Manoel da Cunha Sampaio e sua mulher Joana da Guarda a Gonçalo de Matos, 05/05/1741, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (doravante ANRJ), 4º Ofício de Notas, fl. 203 .

24 Ferreira afirma que nem sempre vigorava uma mentalidade avessa ao trabalho na sociedade colonial. O autor demonstra que alguns forros associavam um valor positivo ao ato de trabalhar, inclusive, como estratégia para mobilidade social, ver Ferreira, *Egressos do cativo*, pp. 108-125. Ferreira se opõe às leituras de Caio Prado Júnior sobre o papel marginal dos livres e pobres no trabalho. Há ideias desenvolvidas no trabalho de Maria Sílvia de Carvalho Franco de que esses homens seriam força de trabalho desperdiçada. Ver Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil contemporâneo*, São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 29. Maria Sílvia de Carvalho Franco, *Homens livres na ordem escravocrata*, São Paulo: Unesp, 1997, p. 35.

25 José Nazareth de Souza Fróes e Odaléa Ranauro Enseñat Gelabert, *Rumo ao Campo Grande: por trilhas e caminhos*, Rio de Janeiro: Gráfica Brunner, 2004, p. 158. Abreu, por sua vez, analisa o desenvolvimento dos engenhos fluminenses até inícios do século XVIII. Maurício de Almeida Abreu, *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*, v. 1, Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio e Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010, pp. 77-108.

26 João Fragoso, “À espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, 1600-1750)” (Tese para professor Titular de Teoria da História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005), p. 11.

da cidade, ocupando papel importante ao lado das plantações de alimentos apontadas por Sampaio para o período.²⁷ Victor Oliveira apresenta a relevância dos partidistas nos engenhos da freguesia de Jacarepaguá por meio da lista nominativa de 1797. Segundo o autor, os partidistas eram elemento importante da clientela dos senhores locais.²⁸ Mareana Silva, também estudando a freguesia de Jacarepaguá no mesmo período, afirma que as alianças matrimoniais entre lavradores eram importantes nas dinâmicas de acesso à terra e culminavam no que ela chama de *vizinhança familiar*, configuração em que parte significativa dos lavradores ao redor dos engenhos eram parentes.²⁹ Ana Paula Rodrigues também demonstra a existência de partidistas ao redor dos engenhos das freguesias de Iguaçu e Jacutinga, sublinhando sua importância para a legitimidade social das elites locais.³⁰ No entanto, tais autores pouco enfatizam a relevância das famílias de descendentes de cativos entre os domicílios das respectivas freguesias no que diz respeito às formas de sucessão e transmissão patrimonial.³¹ Estudando a freguesia de Campo Grande em fins do século XVIII, explorei as diferenças entre os moradores da região com ênfase nas suas classificações sociais e na organização dos seus muitos domicílios.³²

27 Sampaio, *Na encruzilhada do império*, pp. 117-130.

28 Victor Luiz Alvares Oliveira, “Retratos de família: sucessão, terras e ilegitimidade entre a nobreza da terra de Jacarepaguá, séculos XVI-XVIII” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014), p. 231.

29 Mareana Barbosa Gonçalves Mathias da Silva, “(Entre)laços e bordados: família, legitimidade e estratégias matrimoniais na freguesia de Jacarepaguá (c. 1701-c. 1800)” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018), p. 123.

30 Ana Paula Souza Rodrigues, “Famílias, casas e engenhos: a preservação do patrimônio no Rio de Janeiro (Piedade do Iguaçu e Jacutinga, séculos XVII-XVIII)” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), p. 102.

31 Isso fica claro em artigos mais recentes dos autores. Ana Paula Souza Rodrigues, “Mapas populacionais: análise demográfica do Rio de Janeiro, em 1797”, *XVII Encontro de História da Anpuh-Rio* (Rio de Janeiro, 2016), pp. 123-139. Victor Luiz Alvares Oliveira, “A Zona Oeste colonial e os mapas de população de 1797: algumas considerações sobre lavradores partidistas e produção agrária de Jacarepaguá, Campo Grande e Guaratiba no século XVIII”, *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n. 10 (2016), pp. 233-258.

32 Jerônimo Cruz, “Das muitas qualidades: lavradores de cana numa freguesia rural do Rio de Janeiro (Campo Grande, 1740-1799)” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018).

A lista nominativa da freguesia de Campo Grande, terminada em 1797, confirma a importância das lavouras de cana. São 210 partidistas de cana em um total de 357 domicílios (58% do total). Na região, não havia terras devolutas, e a maior parte da população vivia em terra de outros senhores: aforadas ou nos partidos de cana.³³

Essa proeminência dos partidistas ao redor das fábricas de açúcar da região demonstra semelhanças com o modelo de produção repartida entre lavradores e senhores de engenho presentes em Madeira, Pernambuco e Bahia a partir dos séculos XV e XVI. Cada partido acessa a terra por meio da obrigação de abastecer os engenhos com determinada quantidade de cana, recebendo uma parte variável do produto final. Tal arranjo diferia das unidades caribenhas, que eram baseadas em uma grande quantidade de mão de obra escrava que trabalhava em *plantations* para somente um proprietário e sem mediação dos pequenos e médios lavradores.³⁴

33 Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), AHU_ACL_CU_005, cx. 163, maço 12203. Segundo as Ordenações, o aforamento é um contrato pelo qual o senhor de um prédio ou terra concede a um foreiro o domínio útil da coisa, com reserva do domínio direto, por meio do pagamento de uma taxa em dinheiro ou produto. Sobre a transmissão do aforamento, ver Títulos XXXVI ao XL: *Código philippino ou Ordenações e leis do reino de Portugal – livro IV*, Brasília: Edições do Senado Federal, 2004. Não há referências aos partidos de cana nas ordenações. Pedroza apresenta nuances dos direitos de propriedade nos aforamentos das terras dos jesuítas na América lusa, sublinhando o contexto social da propriedade. Manoela Pedroza, “Padres-senhores, enfiteutas, foreiros e partidistas: práticas proprietárias e conflitos sobre direitos de propriedade na América portuguesa (séculos XVI, XVII e XVIII)”, *XII Congresso Brasileiro de História Econômica: XIII Conferência Internacional de História de Empresas* (Niterói: Criciúma, 2017), pp. 1-28.

34 Evaldo Cabral de Mello postula essa tese que é compartilhada por Schwartz. A organização da terra entre partidistas aparece em menor escala em São Paulo. Evaldo Cabral de Mello, *Um imenso Portugal: história e historiografia*, São Paulo: Editora 34, 2002, pp. 71-72. Stuart Schwartz, “A Commonwealth within Itself: The Early Brazilian Sugar Industry, 1550-1670”, in Stuart Schwartz (org.), *Tropical Babels: Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680* (Chapel Hill: London: University of North Carolina Press, 2004), pp. 158-200. Ferreira, *Egressos do cativo*, pp. 43-8. Ramón V. García Fernández, “Os lavradores de cana de São Sebastião”, *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 40 (1996), pp. 173-190. Stuart Schwartz, “O Nordeste açucareiro no Brasil Colonial”, in João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa (orgs.), *O Brasil colonial (1580-1720)*, v. 2 (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014), pp. 337-378.

Assim, a trajetória da família de Gonçalo de Mattos nos permite problematizar o conceito da *terra de pardo* nesse sistema agrário,³⁵ segmento nem sempre mencionado, já que, classicamente, os historiadores consagraram os lavradores de cana como brancos e membros da “classe dominante”³⁶ – setores da elite tanto em São Paulo de fins do século XVIII quanto na Bahia dos séculos XVII e XVIII.³⁷ Schwartz indica que pretos e pardos começariam a aparecer como lavradores de cana na Bahia em fins do XVIII, mas tiveram pouca atenção até o momento.³⁸

Adverte-se que no intuito de analisar as terras de pardo, os contratos dos partidos de cana registrados nos ofícios de notas não colaboram, na medida em que são abundantes no século XVII, mas se tornam raríssimos na segunda metade do século XVIII, como demonstrado na tese de Antônio Carlos Sampaio.³⁹ Assim, com a ausência dos contratos, não conseguimos identificar as diferenças contratuais entre os proprietários de terras e os partidistas, mormente informações sobre quais eram as taxas de cana destinadas aos engenhos em cada tipo, conforme indicado por Schwartz para a Bahia e por Sampaio para o Rio de Janeiro da segunda metade do século XVII.⁴⁰

35 Sobre a definição de sistema agrário, ver Ciro Flamarion Cardoso, *Agricultura, escravidão e capitalismo*, Petrópolis: Vozes, 1979. João Fragoso, “Apontamentos para uma metodologia em História Social – Rio de Janeiro, séculos XVII-XVIII”, in João Fragoso, Antônio Carlos Jucá de Sampaio e Roberto Guedes Ferreira (orgs.), *Arquivos paroquiais e história social na América lusa* (Rio de Janeiro: Mauad X, 2014), p. 98.

36 Vera Lúcia Amaral Ferlini, “A subordinação dos lavradores de cana aos senhores de engenho: tensão e conflito no mundo dos brancos”, *Revista Brasileira de História*, v. 6, n. 12 (1986), pp. 151-168.

37 Sobre o prestígio social dos lavradores de cana. Ver Schwartz, “A Commonwealth within Itself”, p. 183. Peter Eisenberg, *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil (séculos XVIII e XIX)*, Campinas: Unicamp, 1989. John Russell-Wood, *Escravos e libertos no Brasil Colonial*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 254. Schwartz, *Segredos internos*, pp. 253-254.

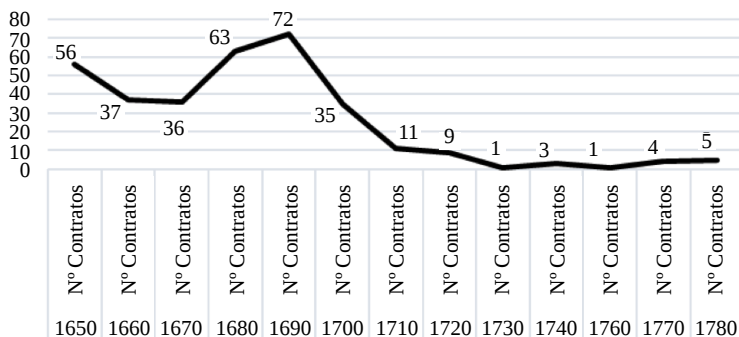
38 Schwartz, *Segredos internos*, pp. 254-255.

39 Sampaio, *Na encruzilhada do império*, p. 106.

40 Schwartz, *Segredos internos*, pp. 249-253. Sampaio, *Na encruzilhada do império*, pp. 101-110.

Gráfico 1

Contratos de partido de cana nas escrituras públicas da cidade do Rio de Janeiro, por década – 1650-1780⁴¹



Pode-se notar que o Gráfico 1 demonstra claramente o sumiço dos contratos. Durante a última metade do século XVII, os contratos eram abundantes. Sampaio já indica que o setor açucareiro tem papel primordial no sistema agrário fluminense do período.⁴² No entanto, vão caindo vertiginosamente a partir de 1700 e, como vimos para o caso da freguesia de Campo Grande, esse cenário descrito nas escrituras não significará a inexistência dos partidistas, pois eles compõem quase 60% dos domicílios da lista nominativa de 1797.

Se os contratos são escassos para a segunda metade do século XVIII, notamos que nos anos anteriores eles podiam ser realizados entre senhor de engenho e lavrador ou podiam ser transferidos pelos próprios lavradores. A transação podia se dar por dotes, vendas e doações, conforme a vontade dos partidistas – ainda que a obrigação da cana ao engenho persistisse, como no seguinte caso: “dote de casamento que faz Prudência de Castilho a Manoel Lopes, casando com Maria Correia, sua afilhada – um partido de canas no engenho de Sebastião Monteiro, com 13 peças do serviço dele”.⁴³

41 Fonte: Escrituras públicas, 1650-1780, Banco de Dados Maurício de Abreu

42 Sampaio, *Na encruzilhada do império*, p. 106.

43 Escritura de dote de casamento que faz Prudência de Castilho, 28/03/1698, ANRJ, 1º Ofício de Notas, cx. 61, fl. 229v

Por isso, além de aspectos contratuais, torna-se importante estudar o processo de constituição dos direitos de propriedade dos pardos na região a partir das suas trajetórias familiares: como eles acessam e transmitem essa terra e de que maneira as formas de herança e as lógicas de parentesco e de aliança interferem, dentre outras coisas, na distribuição dos direitos fundiários? Podemos perceber tais aspectos ao analisar as estratégias de ocupação do solo e de reprodução social das famílias de pardos, focalizando nos consequentes efeitos sobre as lavouras de cana: suas lógicas de residência, disposição matrimonial e sucessão.⁴⁴ Pressupomos que essas terras de pardo são socialmente construídas entre as distintas frações daquela sociedade: senhores de engenho, pardos livres e libertos, pretos forros, reinóis recém-chegados etc. Para além das definições da lei e longe da noção de propriedade liberal, enfatiza-se o caráter processual/social da propriedade, com o intuito de explicar de que maneira as comunidades de parentesco pardas desenvolvem suas noções de acesso à terra entre os diversos segmentos sociais das bordas dos engenhos de açúcar cariocas.⁴⁵

44 Françoise Zonabend, “Da família: olhar etnológico sobre o parentesco e a família”, in André Burguière, Christiane Klapisch-Zuber, Martine Segalen e Françoise Zonabend (orgs.), *História da família: mundos longínquos*, v. 1 (Lisboa: Terramar, 1996), pp. 17-18; 31-40; Claude Lévi-Strauss, “A família”, in Claude Lévi-Strauss, *O olhar distanciado* (Lisboa: Edições 70, 2010), pp. 69-98; Jack Goody, *Família e casamento na Europa*, Oeiras: Celta, 1995, p. 16. Joan Bestard-Camps, “La estrechez del lugar: Reflexiones en torno a las estrategias matrimoniales cercanas”, in Franciso Chacón Jiménez e Juan Hernández Franco (orgs.), *Poder, familia y consanguinidad en la España del Antiguo Régimen* (Barcelona: Anthropos, 1992), pp. 112-113; Manoela Pedroza, “Estratégias de reprodução social de famílias senhoriais cariocas e minhotas (1750-1850)”, *Análise Social*, v. 194 (2010), p. 143.

45 Sobre essa noção de exercício dos direitos de propriedade no Império Português, ver José Vicente Serrão, “Property, Land and Territory in the Making of Overseas Empires”, in José Vicente Serrão, Bárbara Direito, Eugénia Rodrigues e Susana Münch Miranda (orgs.), *Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires* (Lisboa: CEHC: ISCTE-IUL, 2014), p. 7. Motta analisa as relações de propriedade como processo, ressaltando as relações sociais e a atuação dos sujeitos no fazer-se da propriedade. Ver Introdução de Márcia Motta, *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*, Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. Para o debate teórico sobre as noções de propriedade liberal e direito de propriedade com ênfase no processo de realização da propriedade, ver Felipe de Melo Alvarenga, “De terras indígenas à Princesa da Serra Fluminense:

Assim, procura-se acessá-los por meio do método de reconstituição genealógica, proposto por Maria Amorim. A autora desenvolve uma metodologia de cruzamento de informações cujo eixo é a biografia de cada indivíduo em uma dada paróquia. A base é cruzada com outros documentos que permitam vincular o sujeito a suas ligações geracionais. Portanto, esse método supera a ideia de reconstituição de famílias, pois não se restringe à análise demográfica, buscando, dessa maneira, reconstituir todos os dados possíveis para todos os residentes de uma dada área.⁴⁶

Para este artigo, elaboramos fichas para cada lavrador ao cruzar criteriosamente os registros de batismo (1707-1800), matrimônio (1742-1800) e a lista nominativa (1797) com as escrituras públicas de Campo Grande, perseguindo os sujeitos pelo nome e identificando seu universo relacional.⁴⁷ Destarte, geram-se informações que não constam na lista

o processo de realização da propriedade cafeeira em Valença (Província do Rio de Janeiro, século XIX)” (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2019).

- 46 Sobre o método de reconstituição genealógica, ver: Maria Norberta Amorim, Maribel Yasmina Santos, Filipe Salgado e Antero Ferreira, “Da reconstituição de famílias ao Repositório Genealógico: uma via aberta para as ciências sociais”, *XI Congresso de la ADEH* (Cádiz, 2016). Maria Norberta Amorim, “Uma metodologia de reconstituição de paróquias desenvolvidas sobre registros portugueses”, *Boletim da Associação Demografia Histórica*, v. IX, n. 1 (1991), pp. 7-26. Sobre técnicas de reconstituição familiar: Louis Henry, *Técnicas de análise em demografia histórica*, Curitiba: UFPR, 1977; “O levantamento dos registros paroquiais e a técnica de reconstituição de famílias”, in Maria Luíza Marcílio (org.), *Demografia histórica* (São Paulo: Pioneira, 1977), p. 55; Pierre Goubert, “História social e demografia”, in Ernest Labrousse (org.), *A história social: problemas, fontes e métodos* (Lisboa: Cosmos, 1973), p. 264. Dupâquier propõe que as fichas familiares contenham todo tipo de informação possível: Jacques Dupâquier, “Histoire et Démographie”, *Population*, v. 32, n. 1 (1977), p. 311. Em torno das discussões sobre metodologias para escrita de micro-história, Mônica Ribeiro de Oliveira utiliza o método de reconstituição de paróquia em regiões mineiras setecentistas e oitocentistas. Mônica Ribeiro de Oliveira, “Indivíduos, famílias e comunidades: trajetórias percorridas no tempo e no espaço em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX”, in Carla Maria Carvalho Almeida e Mônica Ribeiro de Oliveira (orgs.), *Exercícios de micro-história* (Rio de Janeiro: FGV, 2009), pp. 209-238.
- 47 Sobre o método onomástico, ver Carlo Ginzburg e Carlo Poni, “O nome e como: troca desigual e mercado historiográfico”, in Carlo Ginzburg, Carlo Poni e Enrico Castelnuovo (orgs.), *A micro-história e outros ensaios* (Lisboa: Difel: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991), pp. 169-178. Sobre uma análise circunscrita, ver Edoardo Grendi, “Microanálise e história social”, in Almeida e Oliveira, *Exercícios de micro-história*, pp. 19-49; Jacques

nominativa, como cor, naturalidade, nome do cônjuge ou redes de parentesco. Ressalta-se, ainda, que entre os 357 chefes de domicílios nenhum foi classificado como pardo na lista nominativa, ou seja, essa fonte podia tratar tanto açorianos quanto descendentes de cativos como indivíduos sem cor. Tal fato parece confirmar Ferreira na ideia de que a posição de um personagem na sociedade ou no interior de um domicílio poderia camuflar suas origens, logo, haveria tendência de que chefes de domicílio tivessem a cor subnotificada, se confundindo com os brancos, e agregados tivessem a cor reforçada, mais pardos e pretos, por exemplo.⁴⁸ Tendo em vista esse possível sub-registro, por meio do método de reconstituição genealógica identificamos 53 lavradores que por vezes não tinham cor, mas que frequentemente foram classificados como *pardos* em diversas outras circunstâncias da freguesia – mais do que isso, a qualidade “pardo” se espalhava em suas parentelas, delineando especificidades desse segmento que repercutiam nas suas formas de sucessão e acesso à terra. Dessa forma, a compreensão do perfil dos chefes de domicílio e de suas famílias se amplia.

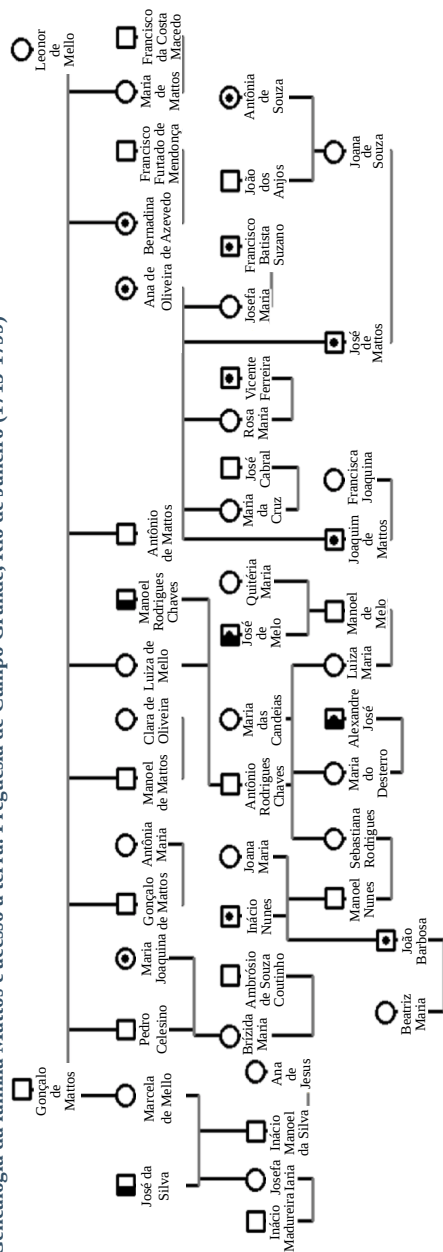
Com base nessa proposta, pudemos desenhar diversas genealogias na freguesia. Dentre elas, destacamos a genealogia da família Mattos, mencionada. Desde que chega a Campo Grande, o pardo Gonçalo de Mattos gera, no mínimo, oito filhos. Oitenta anos depois, notamos que sua parentela se espalha na chefia de doze domicílios da região, sob distintas formas de acesso à terra e em diversos bairros rurais.

Revel, “Microanálise e construção do social”, in Jacques Revel (org.), *Jogos de escalas: a experiência da microanálise* (Rio de Janeiro: FGV, 1998), pp. 15-38.

48 Ferreira, *Egressos do cativo*, p. 107.

Imagem 1

Genealogia da família Mattos e acesso à terra. Freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro (1715-1799)⁴⁹



Legenda:

Português/açoriano. □ Homem

Mulher chefe de domicílio em 1797. ○ Mulher

Português/açoriano chefe de domicílio em 1797. ■ Homem chefe de domicílio em 1797.

49 Fonte: Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 1797. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), AHU_ACL_CU_005, cx. 163, maço 12203.

Livro de Casamentos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1744-1798, Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (doravante ACMRJ)

Livro de batismos de Livres da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1707-1811, ACMRJ.

Como já mencionado, o *casal-origem* dessa família (Gonçalo de Mattos e Leonor de Melo) é identificado como *pardo* em diversos registros. Da mesma maneira, todos os seus filhos, netos e bisnetos, serão assim eventualmente classificados pelos padres locais, lembrando que essa classificação podia variar dependendo da configuração social em questão, como sublinha Ferreira.⁵⁰ Por exemplo, em 1806, ocorre o casamento da cabra forra Clemência das Virgens com o cativo Antônio. Antônio era filho da cativa Maria, ambos cativos dos membros da família Mattos – Ana de Oliveira era senhora de Maria e José de Matos era senhor de Antônio. Se nos registros de batismo e casamento da família, José de Mattos e Ana de Oliveira foram classificados como *pardos* diversas vezes, no momento do casamento de seu cativo ambos estão *sem cor*.⁵¹ Embora essa fluidez das classificações de cor pareça marcar os pardos na região em todo o século XVIII, não iremos analisar detidamente cada circunstância, pois isso extrapolaria as intenções deste texto.⁵²

Outro aspecto que chama atenção na genealogia citada é a variedade de origens dos cônjuges que ingressam na família: filhos de escravas, expostos, filhos de casais pardos, filhos de açorianos e de portugueses. Notamos na genealogia que, em três gerações, quatro portugueses entram na teia de relações familiares. Uma das primeiras filhas dos pardos forros Gonçalo de Mattos e Leonor de Melo é a parda Marcela de Melo, natural de Campo Grande e nascida em 1718. Casa-se, em 1745, com José da Silva, natural de Lisboa, filho legítimo.⁵³ Outra filha chama-se Luiza de Melo, parda. Em 1747, casa-se com Manoel Rodrigues Chaves,

50 Sobre os fenômenos da mudança de cor e mobilidade social: Ferreira, *Egressos do cativo*.

51 Habilitação matrimonial da cabra forra Clemência das Virgens e do escravo Antônio, 03/07/1806, ACMRJ, cx. 2734, maço. 61925.

52 A respeito das nuances do termo pardo como indicativo de lugar social. Ver Ana Paula Cabral Tostes, “O lugar social dos homens ‘pardos’”.

53 Casamento de José da Silva e Marcela de Melo, 25/10/1745, ACMRJ, Livro de Casamentos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande (1744-1798), fl. 4.

natural de Braga, filho legítimo.⁵⁴ A neta dessa Luiza de Melo se casa com um açoriano. Maria do Desterro, nascida em 1767, é natural de Campo Grande e, em 1783, casa-se com Alexandre José, natural de São Miguel e filho legítimo.⁵⁵ Esse açoriano se torna lavrador de cana por meio do casamento com essa família de pardos, chefe do domicílio 31 no Guandu do Mendanha.⁵⁶

Outra neta de Luiza de Melo se aproxima de portugueses: a parda Luiza Maria é natural de Campo Grande, nascida em 1778, e, em 1794, casa-se com Manoel de Melo, filho legítimo de José de Melo e Quitéria Maria.⁵⁷ Seu sogro, José de Melo, é natural dos Açores e partidista no fogo 48, no engenho do Mendanha, casado com Quitéria Maria, parda forra.⁵⁸ Ao contrário da irmã, essa jovem e seu marido não se tornam chefes de fogo e provavelmente migram ou se agregam à casa dos sogros no bairro vizinho.

No entanto, deve-se ter em mente que essa grande parentela se desenvolve num contexto em que a freguesia está passando por um crescimento populacional. Em 1779, Campo Grande contava com 170 domicílios; dezoito anos depois, com 357 domicílios. Como vemos na Tabela 1, há um aumento significativo, bem acima do das freguesias vizinhas.

A população cresce por migração, com a constante chegada de forasteiros livres e de cativos africanos e a presença portuguesa e açoriana na América portuguesa é cada vez maior no decorrer do século XVIII.⁵⁹

54 Casamento de Luiza de Melo e Manoel Rodrigues Chaves, 05/12/1747, ACMRJ, Livro de Casamentos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande (1744-1798), fl. 7.

55 Casamento de Maria do Desterro e Alexandre José, 28/09/1783, ACMRJ, Livro de Casamentos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande (1744-1798), fl. 66v.

56 Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, fl. 5.

57 Casamento de Luiza Maria e Manoel de Melo, 07/07/1794, ACMRJ, Livro de Casamentos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande (1744-1798), fls. 102-103.

58 Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, fl. 5.

59 Há diversos trabalhos sobre esse fenômeno. Ana Sílvia Volpi Scott salienta a migração do norte português: Ana Sílvia Volpi Scott, *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)*, Guimarães: NEPS,

Nesse contexto, como vimos na genealogia, a família do pardo Gonçalves atua como incorporadora de forasteiros, açorianos e reinóis. No entanto, como destacaremos adiante, de libertos também. Essa constante assimilação de genros talvez seja explicada pela razão de masculinidade da freguesia, identificável na lista populacional de 1797.

Tabela 1
Quantidade de domicílios nas freguesias do distrito e suas taxas de crescimento no período 1779-1797⁶⁰

Anos	Guaratiba	Jacarepaguá	Campo Grande	Jacutinga	Iguaçu	Marapicu
1779	277	198	170	253	204	105
1797	324	252	357	294	273	152
Taxa de crescimento	17%	27%	110%	16%	33%	44%

Tabela 2
Indicadores gerais da população livre⁶¹

Ano	Nº de domicílios	População total	Nº de mulheres	Nº de homens	Razão de masculinidade	Nº de crianças menores
1797	357	1596	533	488	91,5	574

1999, p. 35. Serrão aponta o fluxo constante do fenômeno no período moderno. José Vicente Serrão, “O quadro humano”, in José Mattoso e António Manuel Hespanha (orgs.), *História de Portugal*, v. IV, *o Antigo Regime (1620-1807)* (Lisboa: Círculo de Leitores, 1993), pp. 49-69. Cavazzani salienta a inserção diferenciada de reinóis na América lusa, com foco na região de Paranaguá nos séculos XVIII e XIX. André Luiz Moscaleski Cavazzani, “Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na Baía de Paranaguá (c. 1750-c. 1830)” (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2013). Florentino e Machado sublinham o papel dos adventícios em processos de mestiçagem no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Manolo Florentino e Cacilda Machado, “Imigração portuguesa e miscigenação no Brasil nos séculos XIX e XX”, in Carlos Lessa (org.), *Os Lusíadas na aventura do Rio moderno* (Rio de Janeiro: Record: Faperj, 2002), pp. 91-116.

60 Fonte: Benjamin Franklin Ramiz Galvão (org.), “Relação do Marquez de Lavradio: Parte II”, *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, tomo LXXVI – parte I (1913), pp. 289-360. Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba.

61 Fonte: Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba.

Notamos que, em 1797, a população de livres e forros da freguesia tinha razão de masculinidade de 91,5. Ou seja, havia mais mulheres do que homens entre os adultos livres.⁶² De fato, analisando os registros de casamento da freguesia para toda a segunda metade do século XVIII, notamos que no mercado matrimonial local era alta a demanda por noivos de fora. Entre os homens, quase 70% dos noivos são naturais de outras freguesias, enquanto entre as mulheres, as noivas de fora representam cerca de 55%. A alta presença de recém-casados adventícios indica um processo de crescimento populacional marcado por uma incessante chegada de migrantes, muito mais saliente entre os homens.

Tabela 3
Naturalidade dos nubentes – Freguesia de Campo Grande (1744-1798)⁶³

Homens				Mulheres			
De Campo Grande		De fora		De Campo Grande		De fora	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
103	30,4%	295	69,6%	180	45,2%	218	54,8%

Esses homens de fora majoravam nos casamentos e têm origens variadas. A seguir, podemos esmiuçar essas naturalidades nos registros paroquiais. Havia um fluxo intenso de casamentos com homens de freguesias vizinhas, sujeitos oriundos de pequenas distâncias, seguidos por portugueses, açorianos e outros vindos de distantes partes da América lusa. A genealogia da família Mattos é interessante nesse sentido, ao demonstrar

62 Devemos ter cuidado no manejo de alguns dados das listas nominativas, pois podia haver sub-registro de homens livres, forros e cativos. Esses documentos visavam mapear a população tendo em vista o recrutamento militar. Logo, muitos pais escondiam seus filhos ou fugiam do arrolamento, o que provocaria um número menor de homens nas estatísticas. Neste artigo, cruzamos a lista nominativa com os registros matrimoniais para ter maior clareza sobre o fenômeno da incorporação de genros. Sobre tais advertências, ver Carlos de Almeida Prado Bacellar, *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII-XIX*, São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001, p. 27.

63 Fonte: Livro de Casamentos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1744-1798, ACMRJ.

o casamento das pardas naturais de Campo Grande com açorianos, pardos da Sé ou de Irajá.

Tabela 4
Naturalidade dos maridos nos livros de casamentos entre 1744-1798⁶⁴

Região	Nº	%
Campo Grande	103	25,8
Freguesias vizinhas	100	25
Portugal e Açores	56	14,7
Outras partes da América lusa	40	10
Cidade do Rio de Janeiro	30	7,5
Outros	9	2
Sem informação	60	15
Total	398	100

Em 1785, a neta de Gonçalo de Mattos, Rosa Maria de Jesus, se casa com Vicente Ferreira, pardo-forro e natural da Sé. Vicente é filho de Sulana de Araújo, parda liberta e de pai incógnito.⁶⁵ Por meio do casamento com a parda Rosa Maria, Vicente Ferreira também se torna lavrador de cana, chefiando o domicílio 37 como partidista no Guandu do Mendanha.⁶⁶ Do mesmo modo, outra neta, a parda Josefa Maria da Conceição, casa-se com o pardo-forro Francisco Batista Suzano, natural de Irajá e filho de Maria Luiza, parda liberta e de pai incógnito.⁶⁷ Francisco se torna chefe do fogo 38, lavrador de cana no Guandu do Mendanha.⁶⁸

64 Fonte: Livro de Casamentos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1744-1798, ACMRJ.

65 Casamento de Rosa Maria de Jesus e Vicente Ferreira, 28/07/1785, ACMRJ, Livro de Casamentos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande (1744-1798), fl. 71.

66 Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, fl. 5.

67 Casamento de Josefa Maria da Conceição e Francisco Batista Suzano, 06/06/1795, ACMRJ, Livro de Casamentos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande (1744-1798), fl. 108.

68 Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, fl. 5.

Ainda em 1766, Pedro Celestino, pardo e filho de Gonçalo de Mattos, casa-se com Maria Joaquina, exposta que é natural de Irajá.⁶⁹ Fato é que em 1797, Maria Joaquina tem o domínio direto de parte das terras herdadas por Gonçalo no Guandu do Medanha, já viúva e chefe do domicílio 29.⁷⁰ A importância dos cônjuges de fora é reforçada pelos indicadores para a população de modo geral.

Na Tabela 5 trazemos a naturalidade dos lavradores que constam na lista nominativa da freguesia de Campo Grande para o ano de 1797, possível graças à construção das fichas familiares. Encontramos informações confiáveis de naturalidade para 167 (46%), num total de 357 domicílios. Esses dados indicam que 60% dos chefes de família que tiveram naturalidade identificada vieram de fora da freguesia. Os homens de fora eram maioria entre os noivos, e agora parecem dominar também as terras da região em fins do século XVIII.

Tabela 5
Naturalidade dos chefes de domicílio em 1797 com base nas fichas de família⁷¹

Região	Nº	%
Campo Grande	67	40,2
Freguesias vizinhas	51	30,5
Portugal e Açores	25	14,9
Outras partes da América lusa	13	7,8
Cidade do Rio de Janeiro	9	5,4
Outros	2	1,2
Total	167	100

69 Casamento de Pedro Celestino e Maria Joaquina, 24/08/1766, ACMRJ, Livro de Casamentos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1744-1798, fl. 42.

70 Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, fl. 5.

71 Fontes: Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba. Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1705-1811, ACMRJ. Livro de Casamentos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1744-1798, ACMRJ. Habilitações matrimoniais da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande 1744-1798, ACMRJ. Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, 1700-1795, ACMRJ. Livro de batismos de Livres da freguesia de São Salvador do Mundo de Guaratiba, 1762-1788, ACMRJ.

Nesse contexto de expansão populacional, o Rio de Janeiro se desenvolve como principal centro de desembarque de cativos das Américas⁷² – o que repercute em Campo Grande. Os engenhos de açúcar recebem cada vez mais cativos. Em 1779, os dez engenhos somavam 448 escravos, e, em 1797, os 14 somam 807. Portanto, um crescimento de 80% da população cativa, fazendo as escravarias dos engenhos de açúcar quase dobrarem de tamanho.⁷³ Esse movimento populacional acaba incidindo sobre a população de livres, como acontece em várias áreas da América portuguesa.⁷⁴ Segundo relatório feito para freguesia de Campo Grande em 1797, até 1792 os engenhos estavam em ruínas na região, mas depois da alta dos preços do açúcar, retomaram suas forças.⁷⁵

A família Mattos não era exceção em Campo Grande. Trabalhos recentes indicam maior presença de pardos nas freguesias rurais do Rio de Janeiro. Tostes demonstra o crescimento de pardos forros em Campo Grande da primeira metade do século XVIII a partir da agência de mulheres escravas/forras, pardas e solteiras, em processos de mobilidade social.⁷⁶ Da mesma maneira, Ribeiro demonstra a “produção” de forros e mestiços por meio dos crescentes índices de relacionamentos entre mães escravas com parceiros livres/forros e mesmo de mães escravas solteiras com pais incógnitos (potencialmente livres) entre os séculos XVII e XVIII em São Gonçalo. Além disso, a autora afirma que o fenômeno da cor, nos registros de batismo, começa aparecer de forma mais evidente apenas no século XVIII.

72 Manolo Florentino, *Em costas negras*, pp. 65-9.

73 Dados coletados em Benjamin Franklin Ramiz Galvão (org.), “Relação do Marquez de Lavradio: Parte II”, *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, tomo LXXVI – parte I (1913), pp. 289-360 e em Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba.

74 Nesse momento, em várias áreas da América portuguesa, pretos e pardos compunham cerca de 30% da população. Stuart Schwartz, *Escravos, roceiros e rebeldes*, Bauru: Edusc, 2001, p. 133.

75 Relato descrevendo o Distrito de Guaratiba pelo Capitão Sebastião José Guerreiro Franca, 1797, Acervo Alberto Lamego, cx. 34, códices 022 e 023, AL-022-002. Documento cedido gentilmente por Victor Oliveira, doutor pela UFRJ.

76 Segundo a autora, os pardos forros tinham mais opções de compadrio. Seus filhos teriam como padrinhos membros da elite local, e os pardos seriam escolhidos como padrinhos para os filhos de escravos. Ana Paula Cabral Tostes, “O lugar social dos homens ‘pardos’”, pp. 48-50; 91-95.

Segundo ela, os filhos pardos bastardos dessas uniões mistas se destacariam no interior das senzalas com mais recursos para alcançar a alforria.⁷⁷

Em Campo Grande, na década de 1750, foram batizadas 170 crianças, enquanto na década de 1790, contam-se 771 crianças. Dentre as mães, as designações com qualidades de cor (*parda*, *parda-forra*, *preta*, *preta-forra*) crescem proporcionalmente de 28% para 39,7% nos batizados de crianças no mesmo período, indicando a maior presença desse segmento na população livre.⁷⁸ Esse cenário foi reforçado por nossas fichas genealógicas. Por meio do método de reconstituição familiar, identificamos 83 pardos e pretos chefiando terras da freguesia em 1797. Esses personagens representam algo em torno de 25% do total de domicílios na região – dentre os quais os descendentes do pardo Gonçalves.

Nesse cenário de constante entrada de forasteiros, a comunidade de pardos dá contornos a esse processo. Cacilda Machado e Manolo Florentino já demonstraram a importância do casamento entre reinóis e forras em inícios do século XIX. Ferreira demonstra o mesmo fenômeno em texto mais recente.⁷⁹ Aqui ressaltamos que essa assimilação de genros de fora é importante em toda a segunda metade do século XVIII e resulta no acesso à terra. No entanto, tal ingresso não é homogêneo no interior de uma mesma família.

Analisando a genealogia, notamos a entrada dos forasteiros dando forma a ramos desiguais. Alguns membros da família Mattos costuram alianças com outras famílias de pardos, como a terceira filha de Luiza de Melo, Sebastiana Rodrigues, também parda, e que, em 1795, casa-se

77 Júlia Ribeiro Aguiar, “Por entre as frestas das normas: nobreza da terra, elite das senzalas e pardos forros em uma freguesia rural do Rio de Janeiro (São Gonçalo, sécs. XVII-XVIII)” (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015), p. 70. Sobre a elite das senzalas, ver João Fragoso, “Apontamentos para uma metodologia em História Social”, p. 98.

78 Batismos de livres e forros, 1750-1799, ACMRJ, Livros de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande.

79 Florentino e Machado, “Imigração portuguesa e miscigenação no Brasil nos séculos XIX e XX”. Ferreira, “O vigário Pereira, as pardas forras, os portugueses e as famílias mestiças”. Machado também evidencia essa questão em sua tese de doutorado: Machado, “A trama das vontades”. Mareana Silva corrobora essa afirmação para a Jacarepaguá setecentista: Silva, “(Entre)laços e bordados”, p. 58.

com Manoel Nunes, filho legítimo dos pardos-forros Inácio Nunes e Joana Maria.⁸⁰ Seu sogro é chefe do domicílio 353, partidista, no bairro do Rio da Prata. Com esse casamento, torna-se cunhada dos pardos João Barbosa e Beatriz Maria, que encabeçam o domicílio 72 como partidistas em outro bairro da freguesia, o Campinho. Sebastiana, não conseguindo terras com sua família, casa-se com outra família de pardos com acesso à terra.⁸¹

Outro neto do casal-origem também se utiliza da mesma aliança com pardos. José de Mattos é pardo e natural de Campo Grande, nascido em 1753. Em 1788, casa-se com Joana de Souza, parda-forra, filha legítima do casal de pardos-forros João dos Anjos e Antônia de Souza.⁸² Sua sogra, a dita Antônia de Souza, na condição de viúva, é chefe do fogo 25 como partidista no engenho do Guandu. No entanto, em 1797, José de Mattos aparece como um dos proprietários das terras do Guandu do Mendanha, chefe do domicílio 39, compradas por Gonçalo em 1740.⁸³

Portanto, há um ramo com maior proximidade com a escravidão, integrando cônjuges filhos de pardas libertas, cada vez mais comuns no período, e um outro com tendência ao afastamento do cativo, casando-se com reinóis. Lima confirma esse fato, ao dizer que as famílias pardas, pretas ou libertas “não casavam seus filhos em uma direção única”, e que podiam ter estratégias matrimoniais segmentadas, como as que vemos aqui.⁸⁴ Tal circunstância gerava famílias de qualidades e condições jurídicas distintas.⁸⁵

80 Casamento de Sebastiana Rodrigues e Manoel Nunes, 20/09/1795, ACMRJ, Livro de Casamentos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande (1744-1798), fl. 110.

81 Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, fl. 31.

82 Casamento de José de Mattos e Joana de Souza, 06/08/1788, ACMRJ, Livro de Casamentos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1744-1798, fl. 83.

83 Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, fl. 5.

84 Carlos Lima, “Roças de libertos e seus descendentes nas partes meridionais da América portuguesa (Castro, 1804-1835)”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 426 (2005), pp. 271-303.

85 Essas famílias mistas parecem ter sido muito comuns. No entanto, parece relevante precisar as especificidades de cada configuração familiar e seus impactos nas hierarquias sociais de cada contexto. Sobre tal recorrência em área rural da América

Enquanto operam suas estratégias matrimoniais e de transmissão patrimonial, os Mattos reproduzem desigualdades no interior de suas famílias – mas não nos esqueçamos que as relações de parentesco são hierarquizadas e desiguais. Como veremos adiante, as “relações de parentesco podem incluir relações de dominação, e não apenas generosidade; a reciprocidade do parentesco não é necessariamente igualitária”, como assevera Woortmann para áreas rurais.⁸⁶

Esses pardos são constantemente classificados por agentes eclesiásticos enquanto tal, pois contextualmente deviam compartilhar um mínimo de comportamentos e valores – classificações essas atribuídas nessas fronteiras sociais, ou seja, tais pardos são abertos a grupos distintos, do ponto de vista do casamento e da formação de família. Nesse contexto, constroem fronteiras sociais porosas, injetando qualidades muito distintas no interior da parentela. O caráter de mescla é acentuado – e talvez seja elemento importante na definição da própria qualidade de *pardo*. Além disso, todos os integrantes da comunidade aqui analisada incorporam o valor positivo do matrimônio, compartilhado por segmentos prestigiados da sociedade, na medida em que todos se casam legitimamente, e, portanto, acrescentam nuances sobre o estigma da ilegitimidade entre pardos.⁸⁷ Os pardos e pardas chefes de domicílio são casados ou viúvos em 90% dos casos, ou seja, um enorme

portuguesa setecentista, ver Machado, *A trama das vontades*, pp. 224-278. Graham apresenta esses arranjos ao analisar a trajetória da cativa Caetana e seus parentes de distintas condições jurídicas em meados do século XIX: Sandra Lauderdale Graham, *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*, São Paulo: Companhia das Letras, 2005, pp. 50-68.

86 Ellen Woortmann, *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul, sitiados do Nordeste*, São Paulo, Brasília: Hucitec: UnB, 1995, p. 54.

87 Sobre a virtuosidade do casamento, ver Faria, *A colônia em movimento*, pp. 95-96. Viver em concubinato era estar excluído da sociedade cristã, pois teoricamente não podiam participar da comunhão pascal. Eliana Rea Goldschmidt, *Casamentos mistos: liberdade e escravidão em São Paulo Colonial*, São Paulo: Annablume: Fapesp, 2004, p. 109.

percentual de pardos gerando prole legitimamente, segundo as diretrizes eclesiásticas⁸⁸ – um nível altíssimo.⁸⁹


Terra de pardo

Como demonstrado até aqui, o casamento tem papel fundamental nessas dinâmicas agrárias, já que tais uniões de e com os filhos, netos e bisnetos dos pardos são as portas de entrada para terra. A família dos Mattos acessa a terra em 10 domicílios e costura alianças consanguíneas com outros dois. Esses pardos disponibilizavam terras próprias ou as arrendam em bairros vizinhos – estratégia possível graças à antiguidade da família na terra, além das relações de clientela com os senhores locais ou de amizade com outras famílias, inclusive pardas. Isso fica claro na medida em que a família do pardo Gonçalo tinha relações de compadrio com senhores de engenho de bairros distintos ou se casava com famílias pardas de outros bairros da freguesia.

Em 1784, o alferes e senhor do engenho dos Coqueiros, Manoel Antunes Suzano, aparece como compadre do pardo Antônio Rodrigues Chaves, neto de Gonçalo de Mattos, lembrando que a família Mattos se estabelece originalmente no bairro Guandu do Mendanha.⁹⁰ Onze anos depois, a bisneta de Gonçalo de Mattos, a parda Sebastiana Rodrigues, acaba se casando com o filho de um partidista do Rio da Prata, bairro cujas terras pertenciam à parentela do mesmo senhor de engenho Manoel

88 Dados baseados nas fichas familiares baseadas no Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba. Batismos de livres e forros, 1750-1799, Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (ACMRJ); Livro de Casamentos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1744-1798, ACMRJ.

89 Sobre concubinato e forras, ver Samara Eni de Mesquita, “A família negra no Brasil: ‘escravos e libertos’”, *VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais* (Olinda, 1988), p. 148. Sobre a tendência de que as forras são as que mais geram filhos ilegítimos, ver Machado, “Casamento: dependência e conflito”, in Machado, *A trama das vontades*, pp. 224-287. Sobre a maior incidência de ilegitimidade em áreas urbanas, ver Faria, *A colônia em movimento*, p. 57.

90 Batismo de Rosária, 10/07/1784, ACMRJ, Livro de batismos de Livres da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande (1777-1811), fl. 100v .

Antunes Suzano.⁹¹ Em 1778, o pardo e neto de Gonçalo de Mattos, Antônio Rodrigues Chaves, foi também compadre do tenente Bernardo José Dantas, então senhor do engenho do Juari.⁹² Outro filho de Gonçalo, o pardo Pedro Celestino, é compadre de José Antunes Suzano, então senhor do engenho Coqueiros, quando do nascimento do seu filho pardo, Manoel, em 1766.⁹³

Além disso, os casamentos arranjados nos bairros vizinhos ativam relações com outras famílias legítimas de pardos locais, como dito anteriormente. Por meio desses casamentos, amplia-se a parentela e se demonstram as feições dessa comunidade parda: se não há terras no bairro original, costura-se relação com um bairro vizinho onde talvez se consiga morada.

Nesse sentido, essa família faz parte e constrói um corpo social daquela sociedade corporativa, com autonomia e participando da escolha do seu destino, selecionando seus cônjuges, vivenciando a legitimidade matrimonial e distribuindo seus descendentes sobre a terra. O espaço doméstico, como instância de organização social, portanto, tinha prerrogativas que deviam ser respeitadas.⁹⁴ Mais do que agregados, tais pardos eram chefes de domicílio, governando suas casas, seus filhos e seus dependentes.⁹⁵

O que une essas *terras de pardo*, muitas vezes dispersas, é o parentesco – e esse jogo do acesso à terra dá feição a uma verdadeira

91 Casamento de Sebastiana Rodrigues e Manoel Nunes, 20/09/1795, ACMRJ, Livro de Casamentos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1744-1798, fl. 110. Na lista nominativa identificamos que as terras do Rio da Prata pertenciam à família Suzano, únicos com domínio direto na área. Todas as outras famílias eram arrendatárias. Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba.

92 Batismo de Luiza, 17/09/1778, ACMRJ, Livro de batismos de Livres da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande (1777-1811), fl. 71 ☐.

93 Batismo de Manoel, 11/06/1766, ACMRJ, Livro de batismos de Livres da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande (1745-1765), fl. 93v ☐.

94 José María Imízcoz Beunza, “El entramado social y político”, in Alfredo Floristán Samanes (org.), *Historia de España en la Edad Moderna* (Ariel: Universidad del País Vasco, 2012), p. 66. Fragoso ressalta que na monarquia lusa, aplicando a metáfora do corpo, cada parte daquela sociedade tinha autogoverno, sendo o rei a cabeça do corpo a quem cabia dirimir possíveis conflitos. João Luís Ribeiro Fragoso, “Monarquia pluricontinental, repúblicas e dimensões do poder no Antigo Regime dos Trópicos: séculos XVI-XVIII”, in Fragoso et al., *Monarquia pluricontinental*, p. 11.

95 Sobre pardos e libertos na condição de agregados e chefes de domicílio, ver Machado, “O lugar social dos pardos e negros livres”, in Machado, *A trama das vontades*, pp. 174-224.

comunidade de parentes, mestiça por certo, que indica as sociabilidades pardas no âmbito mais íntimo, na definição dos seus parentes consanguíneos, das suas famílias.

Na base dessas *terras de pardo* estão as estratégias de sucessão e não dispersão patrimonial. Os Mattos tinham o domínio direto de uma terra no Guandu do Mendanha, comprada por Gonçalo de Mattos na década de 1740: se seguissem a legislação, essa terra deveria ser dividida de forma igualitária entre os oito filhos.⁹⁶ No entanto, dos oito herdeiros da primeira geração, apenas três sucedem nas terras compradas na condição de proprietários: Antônio de Mattos (1), Bernardina de Azevedo (2) e Pedro Celestino (3). Em 1797, a viúva e os dois filhos de Antônio de Mattos são proprietários de parte da terra; Bernardina de Azevedo ainda está viva como proprietária de outro trecho; e Maria Joaquina, viúva de Pedro Celestino, aparece como proprietária do terceiro trecho.⁹⁷

Entre os filhos de Antônio de Matos (1) há uma nova subdivisão da propriedade, pois dois filhos sucedem a casa: José de Mattos (1.1) e Joaquim de Mattos (1.2). Outros dois filhos se tornam partidistas no mesmo bairro. Sobre os demais não dispomos de informações; estima-se que, possivelmente, tenham migrado ou se agregado em casa de parentes – basta ver na Imagem 1 a pequena quantidade de chefes do domicílio tendo em vista o tamanho da parentela.

Ao que parece, os herdeiros, no intuito de evitar a excessiva divisão da propriedade, concentravam a sucessão em cada geração nas mãos de poucos. Essa estratégia fazia que os excedentários se agregassem ou se submetessem a contratos de arrendamento, em condição de submissão ao senhor de uma terra. Isso podia ocorrer em bairros vizinhos ou em lascas das terras da própria família. Poucos descendentes da família têm o domínio direto e são os sucessores nas terras herdadas por

96 Manoela Pedroza, *Engenhocas da moral: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011, p. 144.

97 Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, fl. 5.

Gonçalo de Mattos no Guandu do Mendanha, enquanto seus cunhados, Vicente Ferreira e Francisco Batista Suzano, são partidistas no mesmo bairro. Há, ainda, um parente pardo, possivelmente submetido a outro por relação de arrendamento, embora não seja possível precisar exatamente a qual dos dois sucessores.⁹⁸

Ou seja, se tiramos esses personagens que sucedem com domínio direto, todos os outros membros da família acessam a terra na condição de partidistas, sendo submetidos a seus parentes, a senhores de engenhos vizinhos ou se casando com outras famílias pardas.

Notamos que esses descendentes pardos escolhidos na sucessão têm fogos mais populosos e estabelecem relações de poder sobre os demais membros da família. Por exemplo: em 1797, Bernardina de Azevedo (2) é viúva; em seu domicílio vivem quatro escravos e oito agregados, ou seja, em sua casa convivem 12 pessoas, demonstrando uma alta capacidade de agregar e uma maior possibilidade de auxílio nas atividades agrícolas. Tal número era bem acima da média de pessoas por fogo, que ficava em torno 7,6 para a população da freguesia em geral, e por volta de 6,1 entre os domicílios pardos. Os outros sucessores, Joaquim de Mattos (1.2) e José de Mattos (1.1), tinham sete pessoas em suas casas, também acima da média para os pardos.⁹⁹

Além disso, esses pardos escolhidos para sucessão têm certa proeminência sobre os demais membros da família: Bernardina de Azevedo (2), por exemplo, era convidada para batizar seus parentes. Em 1769, é madrinha da parda Rosália, filha do seu sobrinho Antônio

98 Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, fl. 5. A ideia de evitar a dispersão patrimonial da família aparece na tese de Manoela Pedroza para os senhores de engenho de Campo Grande entre os séculos XVIII e XIX. No entanto, nos casos estudados pela autora, a sucessão se concentra em apenas um descendente que submete os outros herdeiros hierarquicamente. Pedroza, *Engenhocas da moral*, p. 126.

99 Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, fl. 5.

Rodrigues Chaves, pardo.¹⁰⁰ Em 1759, batiza sua sobrinha Ana, parda, filha do seu irmão Gonçalo de Mattos e da parda Antônia Maria.¹⁰¹

Os outros herdeiros da sucessão têm a mesma capacidade. Joaquim de Mattos (1.2) é padrinho de seu sobrinho Antônio em 1795, filho do seu irmão José de Mattos (1.1).¹⁰² Em 1764, Pedro Celestino (3) é padrinho do pequeno Manoel, filho do seu irmão Antônio de Mattos (1)¹⁰³ – todos pardos.

Nota-se que havia preferência sobre quem sucederia na terra. Em fins do século, em 1797, as terras compradas por Gonçalo abrigam três gerações familiares: seus filhos e noras, netos e bisnetos. No entanto, há uma dispersão e contatos com outras vizinhanças, relações que tornam possível o acesso à terra e incrementam uma rede de parentes.

Nesse sentido, Durães analisou estratégias de reprodução socioeconômica entre famílias camponesas da região de Braga que buscavam a permanência na terra. A autora apresenta adaptações do direito aos interesses familiares em que a sucessão e a herança procuram a não divisão da terra¹⁰⁴ – ou seja, esses lavradores manipulavam regras nos testamentos para alcançar seus objetivos. Esse ambiente de agência pode ser analisado a partir do estudo de suas estratégias de reprodução – os pardos não fogem à regra.

Tais estratégias de transmissão patrimonial e sucessão acionadas por pardos são relativamente semelhantes às dos camponeses reinóis analisados por Durães, ou das famílias senhoriais estudadas por Pedroza. No entanto, o conceito de *terra de pardo* dá visibilidade a uma comunidade,

100 Batismo de Rosália, 03/07/1769, ACMRJ, Livro de batismos de Livres da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande (1777-1811), fl. 15 ☑.

101 Batismo de Anna, 23/03/1759, ACMRJ, Livro de batismos de Livres da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande (1745-1765), fl. 49 ☑.

102 Batismo de Antônio, 27/02/1795, ACMRJ, Livro de batismos de Livres da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande (1777-1811), fl. 236 ☑.

103 Batismo de Manoel, 10/11/1764, ACMRJ, Livro de batismos de Livres da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, (1745-1765), fls. 86-87 ☑.

104 Margarida Durães, “Estratégias de sobrevivência econômica nas famílias camponesas minhotas: os padrões hereditários (sécs. XVIII-XIX)”, *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais* (Caxambu, 2004), p. 1.

chefiada por famílias pardas, que se estende sobre diversas faixas de terra, mas unidas pelo parentesco. Portanto, essas *terras de pardo* apontam para novas formas de associação, competição por recursos e liderança no jogo de configurações sociais entre os pardos, pretos-forros, cativos, a elite senhorial e os brancos pobres.¹⁰⁵

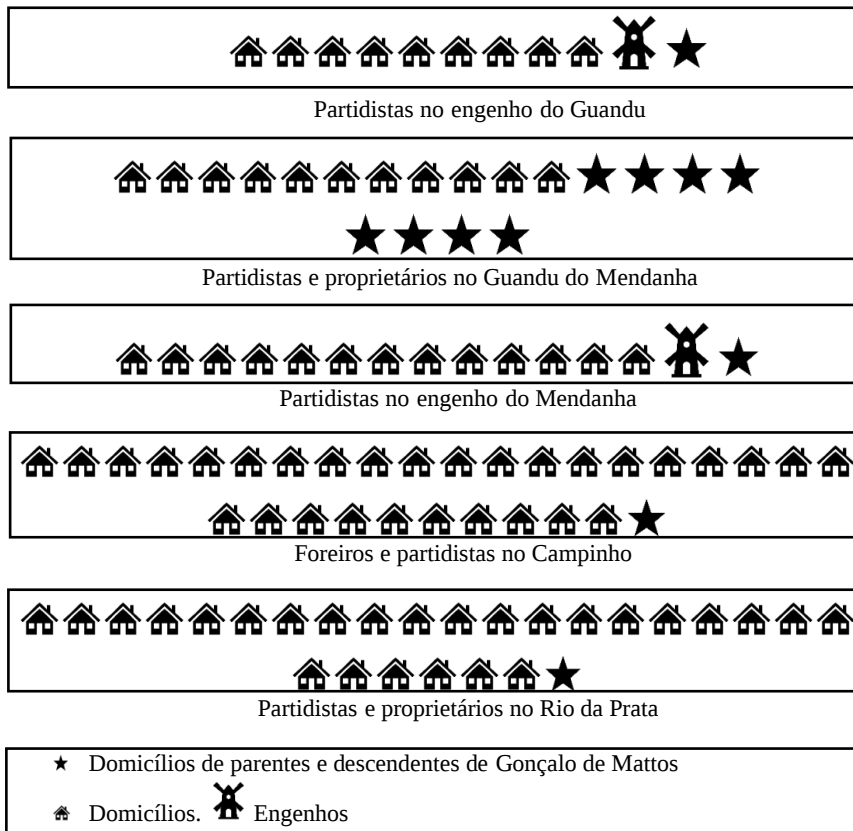
Dessa maneira, essa comunidade de parentesco, encabeçada por pardos, vai se disseminando na chafia das terras da freguesia. Demonstramos a seguir a representação gráfica dessa *terra de pardo*. Vemos que elas se distribuem por cinco bairros rurais e em 12 domicílios. A concentração de parentes no bairro Guandu do Mendanha é explicada pelas subdivisões da terra no curso de três gerações, somadas ao fato de que os que não sucedem na terra são desviados para condição de arrendamento por partido de cana.

Muito além dos “puxadinhos” ou da simples agregação, ao longo do tempo, os personagens parecem ter atuado estrategicamente para manter a viabilidade da terra, concentrando minimamente a sucessão em cada geração, mantendo a capacidade de reprodução familiar e arranjando casamentos para os filhos nos outros bairros ou em outras freguesias.

105 Sobre a noção de configuração social, ver Elias, *Introdução à Sociologia*, p. 79.

Imagem 2

Vizinhança dos Mattos nos bairros da freguesia de Campo Grande em 1797¹⁰⁶



Nesse sentido, essas *terras dos pardos* aparecem com direitos de propriedade extremamente hierarquizados, diferentes da lógica comunal das *terras de preto*. Enquanto os sucessores ficam na terra própria, os elementos excedentários da família tornam-se partidistas em áreas vizinhas ou são submetidos aos sucessores, demonstrando a opção por diversificação das formas de acesso à terra para viabilizar a permanência na freguesia.

106 Fonte: Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, cx. 163, doc. 12203. Fichas familiares dos domicílios da Freguesia de Campo Grande, 1707-1800.

Assim, pode-se dizer que essas *terras de pardos* eram um elemento fundamental nas dinâmicas agrárias daquele cenário da América lusa. Suas terras, seja por domínio direto ou útil, espalham-se por distintos bairros da freguesia, ainda que se relacionem via consanguinidade. Configuram-se, portanto, como comunidades de parentesco, relativamente abertas aos estratos sociais circundantes, forjando parentelas mestiças do ponto de vista das qualidades e das condições jurídicas (majoritariamente pardos-forros e livres, além de plebeus reinóis e açorianos). Ainda, guardavam um grau de concentração territorial que possivelmente as fizesse ser reconhecidas como tal na freguesia, distintas das demais. No entanto, essa territorialidade não era exclusiva, na medida em que vão se disseminando em alianças por outros bairros.

Desse modo, esses pardos articulam a construção dos direitos de propriedade dessa região rural no termo da cidade do Rio de Janeiro. São agentes ativos, atuando em meio a processos de mestiçagem – fato demonstrado fartamente no interior da comunidade de parentesco, com diretrizes distintas de sociabilidade no que diz respeito aos casamentos. Nesse sentido, abre-se caminho para possíveis identidades mestiças variadas dentro de uma mesma parentela, com estratégias relativamente integradas de transmissão patrimonial. Na terra de pardo havia o reinol mestiçado, o pardo europeizado e o africano criouloizado, como diria Gruzinski – sem esquecer a dimensão desigual de poder no interior desse processo.¹⁰⁷ Esses descendentes de cativos criam estratégias no interior das teias de sociabilidade, inserindo-se naquela sociedade e lidando com atores diversos, na busca de melhores condições de vida.

Não devem restar dúvidas sobre a existência de outras *terras de pardo* espalhadas pela freguesia. A parda Bárbara de Moura tem filhos e parentes chefiando oito domicílios em cinco bairros rurais diferentes. Outras *terras de pardo* são mais concentradas e menores, como é o

107 Serge Gruzinski, “Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*”, *Topoi*, v. 2 (2001), p. 193. Ressalva-se que as mestiçagens ocorrem em contextos de grandes desigualdades. Jong e Rodríguez, “Introducción”, p. 4.



caso daquelas encabeçadas pela parda Geralda Santana, que chefia três domicílios no mesmo bairro rural – inclusive, seu genro, o pardo Tomé Ferreira Travassos, torna-se compadre de Antônio de Mattos em 6 de maio de 1760 e em 1º de maio de 1768¹⁰⁸ – ocasiões que demonstram as possíveis interações entre distintas *terras de pardo*.

Ressalta-se, ainda, que em terras vizinhas viviam homens e mulheres classificados localmente como *pretos* e outros grupos de parentela com majoritária ascendência açoriana e portuguesa com dinâmicas diferentes das até aqui abordadas, o que não convém analisar agora porque demandaria a escrita de outro artigo.

Por enquanto, podemos indicar que os processos de mestiçagem do século XVIII, nas bordas de uma intensa praça mercantil, geram um ambiente rural fortemente heterogêneo, no qual as *terras de pardo* se desenvolvem como comunidades com intensas estratégias fundiárias e de composição familiar, impondo-se de maneira fundamental nessa área açucareira. A maneira como atua a família do pardo Gonçalo de Mattos demonstra que os pardos são um ponto imprescindível nas dinâmicas agrárias dessas áreas, apontando ainda para sociabilidades mestiças.

Considerações finais

As *terras de preto* foram pensadas de maneira muito semelhante aos pressupostos de Robert Redfield em seus estudos sobre as pequenas comunidades. Para o autor, a “*little community*” teria algumas características fundamentais: territorialidade (geograficamente bem delimitada), distintividade (reconhecida como tal pelos seus membros e não membros),

108 Batismo de Maria, 06/05/1760, ACMRJ, Livro de batismos de Livres da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande (1745-1765), fl. 64 . Batismo de Maria, 01/05/1768, ACMRJ, Livro de batismos de Livres da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande (1777-1811), fl. 8 .

pequenez e homogeneidade social, cultural e autossuficiência – tais qualidades estariam presentes, portanto, em níveis variados.¹⁰⁹

A leitura de Redfield teve forte impacto no Brasil. De certa forma, a noção de *bairro rural* é uma tentativa de perceber essa pequena comunidade como um mínimo social territorialmente delimitado, cujos habitantes tinham sentimentos de pertença e coesão baseados em atividades como mutirão e festas religiosas. É, assim, fundada em grupos de vizinhança que se distinguem dos demais bairros, tendo sentimento de localidade tanto do ponto de vista geográfico quanto social.¹¹⁰

Os estudos sobre as *terras de preto* ressaltaram essas mesmas características, como o papel da territorialidade e da “*distinctiveness*” com relação à sociedade envolvente. Destacam-se a coesão interna, a solidariedade, a distinção geográfica e a identidade social, integradas, no entanto, pela origem comum: ex-escravos. Além disso, essas comunidades se demonstram relativamente fechadas, restringindo a participação de forasteiros e se baseando fortemente no parentesco, elemento que podia definir o pertencimento e os direitos de acesso à terra.¹¹¹

Contudo, vimos que as *terras de pardo* na freguesia de Campo Grande da segunda metade do século XVIII não podem ser definidas dessa maneira. Primeiramente, não se restringem territorialmente em um bairro, distinguível geograficamente como “área dos pardos”. Em seu estudo sobre as parentelas senhoriais de Campo

109 Robert Redfield, “The Little as a Whole”, in Robert Redfield, *The Little Community and Peasant Society and Culture* (Chicago: University of Chicago Press, 1965), pp. 1-16.

110 Textos clássicos sobre o tema: Queiroz, *Bairros rurais paulistas*, pp. 3-4. Candido, *Os parceiros do Rio Bonito*. Esses bairros apresentariam maior densidade de relações e convívio mais intenso que a existente em nível paroquial. No caso das áreas açucareiras, Fragoso sublinha que os engenhos coloniais se apresentam dessa forma, como *locus* de sociabilidade, como aldeia colonial. Ver Fragoso, “Efigênia Angola”, p. 79. Scott, *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português*, pp. 144-162.

111 Rios e Mattos, *Memórias do cativo*, p. 211. Queiroz, *Caipiras negros no Vale do Ribeira*, p. 26. Guimarães, *Terra de preto*. Ainda que pudessem, no entanto, manter relações com a sociedade envolvente, como demonstra Flávio Gomes: Gomes, “Quando a terra é de preto”.

Grande, Pedroza já afirmava que senhores e lavradores podiam viver nos mesmos espaços, sem segregação espacial por condição social.¹¹² Além disso, outros trabalhos indicam que podia haver esse tipo de afastamento: destacadamente algumas áreas concentrariam mulheres mais pobres, solteiras e com filhos ilegítimos.¹¹³ Pode-se dizer, logo, que as *terras de pardo* oscilam entre os dois extremos. Por conseguinte, não se restringem à tese de Sheila de Castro Faria para a constituição das unidades domésticas mais pobres. Segundo a autora, tais fogos se pautavam na solidariedade familiar, muitas vezes instalando os herdeiros em “puxadinhos” na terra-origem: viveriam todos juntos em um mesmo local, em um mesmo bairro. Também não são terras coletivas, como apontam os trabalhos sobre *terras de preto*. Alguns pardos têm o domínio direto da terra; já seus parentes têm o domínio útil, em franca submissão ao sucessor, ou, então, costuram alianças em bairros vizinhos. De forma mais clara, as *terras de pardo* apresentam uma intensa hierarquia dos direitos de propriedade no interior de uma mesma parentela. Assim como a sociedade da América portuguesa era hierarquizada, as lógicas de propriedade entre as comunidades de parentesco dos pardos também o eram.¹¹⁴

Por outro lado, tal como aconselha Geertz para as aldeias balinesas, as *terras de pardo* não são tão centralizadas territorialmente, pois se relacionam com os outros bairros da freguesia, como aponta Fukui para os sitiantes paulistas, embora alinhavadas pela consanguinidade.¹¹⁵ Na freguesia de Campo Grande, foco deste estudo, os bairros quase sempre se confundiam com os engenhos, e essas comunidades de pardos

112 Ver Manoela Pedroza, “Formação das redes sociais na Freguesia: redes sociais no cotidiano (1777-1813), parte II” in Pedroza, *Engenhocas da moral*, p. 64.

113 Scott, *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português*, pp.160-163; 382-397.

114 Pedroza demonstra essa hierarquia de direitos de propriedade para a elite senhorial de Campo Grande. Pedroza, *Engenhocas da moral*.

115 Clifford Geertz, “Forma y Variación en la Estructura de Aldea Balinesa”, *Revista del Museo de Antropología*, n. 6 (2013), p. 182; Lia Freitas Garcia Fukui, *Sertão e Bairro rural*, São Paulo: Ática, 1979, p. 82.

se espalham por várias dessas áreas. Indo mais fundo nessa premissa, percebe-se que esses pardos se integram naquela região de várias maneiras,¹¹⁶ não se enquadrando na definição de *homem móvel*,¹¹⁷ nem se fechando para a sociedade envolvente, mas sim criando estratégias de sobrevivência, participando das modalidades formais de acesso à terra e registrando transações no ofício de notas. Portanto, têm estabilidade na terra, batizam seus filhos nas igrejas locais, ativam diversas redes de compadrio e são abertos aos forasteiros.

Nesse sentido, as *terras de pardo* são comunidades de parentesco, frentes familiares que não moram juntas, mas que, unidas por laços consanguíneos, articulam a transmissão do patrimônio e se distribuem sobre a terra em toda a freguesia enquanto parentelas mestiças, assimilando reinóis e forros – lembrando que “una parentela no es un grupo en el sentido sociológico del término”.¹¹⁸

Se trabalhos recentes demonstram a mobilidade social de escravas pardas ou pardas-forras solteiras, muitas com destaque no interior das senzalas,¹¹⁹ notamos que as *terras de pardo* apontam para outras modalidades de atuação dos pardos: valorização da antiguidade na terra e estabilidade familiar, altas taxas de legitimidade e ampla disseminação na chefia dos fogos. Além disso, indicam para outras formas de associação e autoridade no interior daquela sociedade.

Por fim, salientamos que os estudos das qualidades sociais, com foco no papel dos pardos, podem ser relacionados aos temas do acesso à terra e dos direitos sobre ela. Pode-se concluir que o conceito de *terra de pardo*, diferente de *terra de preto*, formulado para o pós-abolição ou, quando muito, para a segunda metade do século XIX, pode

116 Texto seminal, nesse sentido. Ver Herbert Klein, “The Colored Freedmen in Brazilian Slave Society”, *Journal of Social History*, v. 3, n. 1 (1989), pp. 30-52.

117 Sobre mobilidade espacial e estabilidade, ver Mattos, *As cores do silêncio*, p. 50. Sobre o homem móvel, ver Faria, *A colônia em movimento* e Franco, *Homens livres na ordem escravocrata*.

118 Bestard-Camps, “La estrechez del lugar”, p. 115.

119 Ver Tostes, “O lugar social dos homens ‘pardos’” e Ribeiro, “Por entre as frestas das normas”.

ser útil para compreender a sociedade da América portuguesa de fins do século XVIII.

Recebido em 7 out. 2019

Aprovado em 12 jun. 2020

doi: 10.9771/aa.v0i61.33808

Este artigo propõe analisar o processo de constituição dos direitos de propriedade das comunidades pardas em uma freguesia açucareira do Rio de Janeiro entre 1715 e 1799. Por meio de intenso cruzamento dos registros eclesiásticos, livros de notas e de uma lista nominativa, procuramos demonstrar a relevância e a estabilidade dos pardos na condição de chefes de domicílio e lavradores de cana. Tal documentação possibilita investigar, ainda, a autonomia dos pardos na formação de famílias legítimas e na distribuição de parentes nas terras da região, em um contexto de crescimento populacional, marcado pela chegada de reinóis e pelo ingresso de ex-escravos no mundo da liberdade. A partir de análises quantitativas e de estudos de caso, pretendemos relativizar o conceito de “terra de preto”, enfatizando a especificidade da “terra de pardo” entre os descendentes de escravos na conformação de suas comunidades em áreas rurais.

Pardos | Ex-escravos | Mestiçagem | Lavradores de cana | Terra de pardo

LAND OF BROWN: AMONG FREED PERSONS, PORTUGUESE, AND SUGAR CANE FIELDS – CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO, 1720-1800

This article proposes to analyze the constitution of property rights by pardo communities in a sugar-producing parish in Rio de Janeiro between 1715 and 1799. By careful cross-referencing ecclesiastical records, property deeds, and a list of names, it seeks to demonstrate the relevance and stability of pardos as heads of households and as sugarcane farmers. These primary sources also make it possible to assess pardos' agency in forming “legitimate” families and the presence of their relatives in neighboring lands, in a context of population growth stimulated by the arrival of immigrants from Portugal and the Azores and by the manumission of formerly enslaved individuals. Using quantitative analysis and case studies, the paper discusses the concept of “terra de preto,” emphasizing the specificity of “terras de pardo” among the descendants of slaves in establishing communities in rural areas.

Pardos | Former slaves | Miscegenation | Sugarcane farmers | Property rights